

**A FALHA ESTATAL EM IMPEDIR A DESISTÊNCIA
ACADÊMICA COMO FORMA DE PERPETUAÇÃO DE
PRECONCEITO RACIAL**

***THE STATE'S FAILURE TO PREVENT ACADEMIC DROPOUT AS A
FORM OF PERPETUATING RACIAL PREJUDICE***

***EL FALLO DEL ESTADO EN LA PREVENCIÓN DE LA ABANDONO
ESCOLAR COMO FORMA DE PERPETUACIÓN DEL PREJUICIO
RACIAL***

REIS, Rafaela Gomes ¹

AFONSO, Paulo Adaias Carvalho – Orientador ²

Introdução: O presente trabalho tem como tema a falha estatal em impedir a desistência acadêmica como forma de perpetuação de preconceito racial, servindo de base para uma discussão sobre equidade nos campos da educação e das relações raciais. Observa-se que, mesmo após a aprovação em vestibulares, muitos estudantes negros e periféricos desistem do percurso acadêmico. A existência de políticas públicas pouco eficazes voltadas aos jovens negros e periféricos que entram no ensino superior denota uma falha significativa no desenho do programa. **Objetivos:** Este estudo busca compreender os fatores que dificultam sua permanência nos territórios universitários mesmo com a existência de programas como o Prouni, bolsas de estudos ou pé de meia. Entre eles, destacam-se a necessidade de conciliação entre trabalho e estudo para subsistência e o desgaste causado pelo transporte público. Torna-se, assim, indispensável o debate sobre essas causas, visando um futuro mais igualitário. A proposta envolve refletir sobre o cumprimento do preceito constitucional que assegura a educação como direito de todos, além de sugerir melhorias no sistema educacional das universidades públicas e privadas. **Metodologia:** A elaboração deste resumo baseou-se em artigos científicos com foco em Educação e Raça, na Constituição Federal e em relatórios de órgãos governamentais. Adotou-se uma abordagem descritiva e crítica, com ênfase na identificação de padrões, desafios e intersecções entre os conceitos de raça e educação. **Resultados e Discussão:** A partir da análise de três estudos, dois dos quais utilizaram a “escuta sensível”, constatou-se que o Estado falha em garantir a permanência de estudantes negros e periféricos no ensino superior. Tal cenário decorre do racismo estrutural e da descrença na educação como meio de ascensão social. Soma-se a isso a localização geográfica desfavorável, marcada por infraestrutura precária, como ausência de pavimentação e longas distâncias até as instituições, exigindo longas jornadas no transporte público. A falta de apoio institucional à permanência e o baixo incentivo à entrada desses jovens indicam a persistência de uma cultura excludente, mesmo diante de políticas afirmativas como as cotas ou até mesmo o Prouni para universidades privadas. Tais fatores demonstram o descumprimento do

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4857-7700>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8620583486031941>.

² Doutorando em Direito pela Universidade Nove de Julho (Uninove). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0678-4988>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4852611529301313>.



princípio constitucional da igualdade, convertendo uma luta coletiva em um obstáculo individual e solitário. **Conclusão:** Refletir sobre a temática proposta não se resume a buscar reparações históricas, mas também reafirmar que a luta por igualdade racial ainda é necessária, especialmente nos espaços acadêmicos, onde a presença negra permanece reduzida, apesar de representar a maioria da população brasileira. É dever do Estado garantir suporte efetivo à permanência estudantil, com políticas de transporte, alimentação e incentivo à continuidade dos estudos. Investimentos em projetos educacionais que promovam, desde a base, a equidade de oportunidades entre estudantes negros e aqueles oriundos de contextos privilegiados são fundamentais. Somente assim será possível assegurar o pleno exercício do direito à educação e alcançar o ideal democrático da cidadania plena.

Palavras-chaves: Educação; Raça; Equidade; Cidadania; Faculdades; Universidades.

Referências:

BELLO, Luciane. Jovens negros e ensino superior no Brasil: desvantagens no acesso e o processo de resiliência. **identidade!**, São Leopoldo, v.18, n.2, p.214-228, 2014, Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/1014/1116>. Acesso em: 13 maio 2025.

BELLO, Luciane. **Política de ações afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/35089>. Acesso em: 14 maio 2025.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2002, DOI: [10.1590/S0100-15742003000100010](https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100010). Acesso em: 13 maio 2025.